AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXXX

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, carteira de identidade XXXXXX - XXX/XX, CPF: XXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXX, CEP: XXXXXXX, email: XXXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXX, vem por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos da legislação vigente, requerer o presente

ALVARÁ JUDICIAL

aduzindo para tanto as razões seguintes:

DOS FATOS E DO DIREITO

A requerente é curadora de sua mãe **Fulana de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da cédula de identidade n. XXXXX - XXX/XX, inscrito no CPF sob o n. XXXXXXX, conforme se pode verificar na cópia do termo de compromisso nos autos do processo de Interdição n. **XXXXXXXXXX** que tramitou na ^a Vara de Família da Circunscrição Judiciária de XXXXXXXX.

A curatelada possui duas fontes de renda como Profissão do Governo do XXXXX e do Governo do Estado de XXXXXX auferindo renda bruta total de R\$ XXXXXX, sendo que suas despesas são muito maiores que suas receitas, tanto que as contas de água (R\$ XXXXXX), luz (R\$ XXXXXX) e 3ª parcela de IPTU do exercício de XXXX (R\$ XXXXX) estão em atraso, conforme documentos anexos.

Ainda, vale ressaltar que a curatelada possui o limite bancário de R\$ XXXXX, que sempre está negativo, assim **paga mensalmente cerca de R\$ XXXX de encargos de crédito rotativo**, ou seja, juros mensais, (extrato em anexo).

Cumpre observar que as planilhas anexas, referente ao mês de XXXXXX de XXXX, demonstram as receitas e despesas mensais da Curatelada, que se repetem mês a mês.

A requerente informa que antes da interdição de sua genitora, tinha por hábito, com anuência desta, fazer antecipação salarial mensal e antecipação de 13º salário do salário da curatelada para com esse "acréscimo mensal de renda", quitar mensalmente as contas que se encontravam em atraso, contudo, após, a interdição, a requerente não está conseguindo pagar as contas supramencionadas, sendo que estas estão se acumulando e a qualquer momento o fornecimento de água e luz pode ser suspenso.

Diante disso, visando melhor administrar a renda e bens da curatelada, a requerente se dirigiu ao Banco Tal para ver uma alternativa para resolver a questão, onde foi lhe informado que poderia fazer empréstimo (dependendo de avalista) ou fazer antecipação salarial do salário de sua genitora recebido junto ao Banco tal.

Destarte, em face da impossibilidade de realizar qualquer operação bancária que não esteja especificada no termo de compromisso junto ao Banco Tal na conta da curatela, alternativa não teve a requerente senão buscar o Judiciário visando autorização para realizar antecipação salarial da curatelada para saldar as contas que se acumulam sem pagamento,

Desta forma, a Curadora pretende obter junto ao Banco Tal uma antecipação de 13º salário, no valor correspondente a XX% (XXX) de R\$ XXXXXX, o qual seria pago única parcela em XXXX. Já a antecipação salarial o valor correspondente a X% (XXXXX) de R\$ XXXX, que será pago em sua totalidade, descontado sempre em conta corrente no mês a vencer. Contudo, o Banco Tal não informou quais seriam as taxas de juros aplicáveis aos empréstimos (ANTECIPAÇÕES SALARIAIS) em questão.

Já o empréstimo, como alternativa <u>aos empréstimos</u> <u>supracitados</u>, a Curadora pretende obter junto ao Banco Tal <u>um</u> <u>empréstimo</u> no valor de R\$ XXXXX, com taxa de juros XX%, que será pago em XX prestações de R\$ XXXX, totalizando R\$ XXXXXX.

Assim sendo, necessária a intervenção judicial no sentido de autorizar a requerente para realizar a antecipação salarial da curatelada junto ao Banco Tal para saldar as contas que se acumulam sem pagamento.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC:
- b) a intervenção do Ministério Público;
- c) seja julgado procedente o pedido para, por sentença, autorizar a requerente a realizar antecipação salarial e do 13º do salário da curatelada, ou de forma alternativa, o empréstimo mencionado na presente petição junto ao Banco Tal para saldar as contas de água, luz e IPTU em atraso.
- d) caso este juízo entenda necessário seja oficiado ao Banco Tal para que informe quais seriam as taxas de juros aplicáveis aos empréstimos pleiteados na

presente petição (realizar <u>antecipação salarial e do 13º do salário da</u> <u>curatelada)</u>

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, máxime pela documentação que instrui a presente.

Valor da causa: R\$XXXXX Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXX, 16/11/23 12:12:10XX.

Fulano de tal *Requerente*

Fulano de tal *OAB/DF XXXXXX*

Fulano de tal Defensor Público